

Entrevista com Maria Silvia Bastos Marques: “BNDES vai coordenar concessões e terá fatia menor nos projetos”

MAGALHÃES, Heloisa; GÓES, Francisco. “Entrevista com Maria Silvia Bastos Marques: ‘BNDES vai coordenar concessões e terá fatia menor nos projetos’”. *Valor Econômico*. São Paulo, 20 de julho de 2016.

A presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques, disse, em entrevista ao Valor, que a instituição vai coordenar, mas também poderá financiar e participar com ações das novas concessões de infraestrutura. Mas avisou: "Vai entrar em fatia bem menor [do que no passado]."

Ela também destacou que o BNDES poderá voltar a atuar como garantidor de projetos em fase préoperacional e adiantou que o banco está preparando um "road show" pelos Estados para oferecer aos governadores apoio técnico na privatização de ativos. Maria Silvia falou na sede do banco, no centro do Rio, quando comentou posições que vêm sendo manifestadas por economistas sobre qual deve ser o papel do novo BNDES no governo do presidente interino Michel Temer. Um dos pontos centrais desse debate é qual será o tamanho do BNDES. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Há consenso entre alguns economistas que o BNDES precisa ficar menor. Mas há também quem avalie que podem faltar recursos ao banco. Qual a sua visão?

Maria Silvia Bastos Marques: Tamanho não é documento; tem que ser eficaz. Não adianta emprestar indiscriminadamente, se isso não se traduz em impacto na economia, o que talvez seja um dos maiores questionamentos sobre a atuação do banco recentemente. Desembolsou R\$ 190 bilhões [em 2013] e há uma série de estudos mostrando que não houve adicionalidade. Na verdade, o empreendedor ia fazer o investimento e apenas substituiu uma fonte de financiamento mais cara por uma mais barata, e a taxa de investimento da economia não subiu. Nessa nova etapa, vemos o papel do BNDES como financiador de longo prazo, que é o existente, mas abrindo cada vez mais espaço para o setor privado. É importante estimular o papel do banco como coordenador, pelo seu conhecimento setorial e pelo papel que terá no financiamento da infraestrutura. O banco também vai coordenar esse novo processo de concessões e privatizações que vai acontecer.

Valor: Qual será a base do banco em termos de desembolsos?

Maria Silvia: Não estou preocupada com isso. Precisamos parar com esse negócio de querer tabelar tudo. Vou tabelar o número que o banco vai ter? Não tenho a menor noção.

Valor: E as fontes de onde virão?

Maria Silvia: Hoje as fontes do BNDES são majoritariamente recursos públicos, mas

o banco também precisa entrar de novo em uma fase de captar recursos de mercado, como fez no passado. Não é a hora agora, porque não temos demanda, mas o banco sempre esteve capacitado a fazer isso, sempre fez emissões no exterior, sempre fez emissões domésticas. Isso não é um problema. Na medida em que a TJLP se aproximar da Selic, o que vai acontecer naturalmente com o país se estabilizando, essa questão também passa a ser de menor relevância porque os empréstimos se aproximam do valor de mercado. Se houver um mercado de [juros] de longo prazo maior na economia, o banco pode se voltar, por exemplo, para investimentos com elevado retorno social. Qual é o papel de um banco de desenvolvimento? É atuar, principalmente se está usando recursos públicos, em projetos com taxa social de retorno maior do que a taxa privada. Os bancos privados não vão fazer nunca, então tem muito espaço para a gente trabalhar.

Valor: Qual é o papel que o juro e programas subsidiados terão?

Maria Silvia: Vamos alavancar muito menos os projetos [financiados pelo banco] e tentar trabalhar o máximo que pudermos a taxas de mercado. E, de novo, com a estabilização da economia e a redução da Selic, elas [as taxas] vão se aproximar. A orientação geral é mais realismo em tudo. Essa é uma premissa com a qual todo o governo trabalha. Temos que resolver os casos pendentes, das concessões que aconteceram e que [ainda] têm uma série de problemas.

Valor: Por exemplo?

Maria Silvia: Todas as concessões que estão paradas: aeroportos, rodovias, tudo que tem problemas. São problemas que transcendem às questões financeiras. Há uma série de empresas na Operação LavaJato, e essas questões todas têm que ser endereçadas não só por nós, mas pelos bancos privados, pelos potenciais compradores de muitos desses ativos. É um momento de muitas definições e o governo está trabalhando nas premissas para os novos leilões, apreendendo as lições das concessões antigas. Tem que ter realismo tarifário, não dá para tabelar retorno, não pode permitir partes relacionadas. Tem uma série de premissas que se pretende que aconteçam nesses novos leilões. Agências reguladoras fazendo seu papel de regulação, projetos bem feitos.

Valor: Como será o papel do banco nas novas concessões?

Maria Silvia: O de coordenador e não de financiador bancando todo o risco de crédito. Há uma grande quantidade de dinheiro no mundo para financiar infraestrutura e ninguém se pergunta por que nunca um grande fundo de investimento participou de um leilão de concessões.

Valor: Por quê?

Maria Silvia: Não aconteceu por causa da insegurança jurídica e regulatória dos processos e pelo irrealismo das premissas econômicas, é o que ouvimos desses fundos, sejam brasileiros ou estrangeiros. Além disso, em boa parte dos casos verificou-se a ocorrência de negócios entre partes relacionadas. A concessionária contratou ela mesma para realizar as obras, tornando não transparente a verdadeira taxa de retorno dos projetos. Hoje temos algumas obras paradas e discussões contratuais e de regulação em curso. Tudo isso afastou um bom número de investidores, que demandam segurança jurídica e regulatória, realismo econômico das regras e transparência do processo. O que mais tem no mundo é dinheiro de longo prazo para financiar infraestrutura. Se tivermos regras corretas eles participarão. No mundo hoje, a taxa de retorno é negativa, todos esses fundos procuram bons ativos de infraestrutura para participar.

Valor: O BNDES vai coordenar as concessões, mas isso exclui compra de participação acionária ou financiamentos de projetos?

Maria Silvia: Não exclui, mas o banco vai entrar em fatia bem menor [nos projetos] do que entrou. Estamos conversando com agências reguladoras, com ANTT, Anac e Aneel, para definir juntas essas premissas. É um trabalho de parceria. Isso está sendo capitaneado pelo ministro Moreira Franco junto com a gente. E está sendo um trabalho interessante de discussão, de tentar resolver problemas antigos e de usar esses casos para evitar os mesmos erros no futuro.

Valor: A avaliação será caso a caso em relação a setores ou projetos?

Maria Silvia: Por setores. É importante falar também do nosso papel nessa nova etapa. Tem o PPI [Programa de Parcerias de Investimentos], que é um programa que estruturou bem essa questão, dando institucionalidade mais forte do que havia. A criação do conselho do PPI, presidido pelo presidente da República, dá um caráter muito pesado a um programa de parcerias de investimentos. Uma instância que tem o presidente da República tem que ser uma coisa para resolver. E todos os ministros afins participam desse conselho e o próprio BNDES, que tem voto, coisa que o banco nunca teve. O BNDES nunca participou da entrada das empresas nesse processo e vamos participar agora. É muito importante a forma como o PPI foi estruturado, isso dá uma institucionalidade, uma solidez muito interessante a esse processo. E o banco nesse processo volta a ter um papel muito parecido com o que teve no PND [Programa Nacional de Desestatização, nos anos 90], que foi incluído no PPI, foi absorvido pelo PPI. E esse papel é trabalhar nos estudos, nos projetos e na prospecção de vendedores, de ir de início ao fim do leilão. O banco vai usar sua expertise, dar apoio técnico ao processo do início ao fim e nesse processo vamos fazer avaliação de funding, temos todo um arcabouço setorial. É como aconteceu no passado, em grande medida, caminhar nessa direção.

Valor: Economistas querem o BNDES no papel de garantidor nos financiamentos. O que acha disso?

Maria Silvia: O governo como um todo tem discutido, e isso é muito importante, que o projeto tem que ser fatiado e seus diferentes riscos cobertos por diferentes instrumentos. Se fala de seguro garantia, seguro performance, fundos imobiliários, com ativos federais ou estaduais para bancar parte da garantia, e, eventualmente, começamos a discutir dar garantias em vez de financiamento.

Valor: Algo que o BNDES não faz.

Maria Silvia: Não faz, mas fez no passado. E essa ideia é interessante, não definimos ainda, mas é uma das coisas que estamos estudando: o BNDES oferecer garantias em lugar de financiamentos. Consegue alavancar o mercado de mais longo prazo dando essa garantia. É uma das possibilidades que estudamos. É possível que aconteça.

Valor: Como está o apoio do banco às privatizações nos Estados?

Maria Silvia: Estamos com intenção de fazer um road show pelos Estados. Isso envolve um grupo técnico do BNDES. Estamos estruturando isso. A ideia é procurar os governos estaduais. Muitos governadores estão nos procurando. Mas a gente tem a intenção de ser proativo e visitar os Estados e mostrar o que podemos fazer para apoiá-los. O que é isso? É contratação de estudos e projetos, através de um fundo que o banco tem. Temos uma linha da IFC [International Finance Corporation]. Nossa intenção é fazer estudos setoriais que possam servir para mais de um governo estadual, em saneamento e mobilidade urbana, e apoiá-los no processo de venda dos ativos.

Valor: A Celg, por exemplo, já publicou o edital de venda...

Maria Silvia: Na Celg não estamos fazendo a prospecção de compradores. O BNDES foi até a publicação do edital.

Valor: E o saneamento no Rio?

Maria Silvia: Estamos em conversas com o governador. Minha frase [na cerimônia de posse] que causou impacto foi: "Essa é uma agenda do século retrasado". E é mesmo. Tem impacto em qualidade de vida, nos rios, na Baía de Guanabara, em saúde. Esse é um papel do banco tão importante, que é aquilo que falávamos: retorno social maior que o privado. Não consigo ver setor que tem maior impacto que esse. Estamos conversando com o governo do Estado do Rio sobre a forma de fazer, estamos otimistas. E estamos conversando com outros Estados. Rondônia estava conversando com área técnica do BNDES antes de eu entrar, eu os procurei; o governador esteve aqui, mas outros nos procuraram.

Valor: O economista José Roberto Afonso fez contas mostrando que o índice de liquidez do BNDES não sanciona a tese de que haveria sobra de recursos no banco para fazer a devolução de R\$ 100 bilhões ao Tesouro. Qual sua posição?

Maria Silvia: Esse debate está ultrapassado por duas razões: está claro que só vamos fazer [a devolução] se tiver base legal. O governo federal consultou a AGU [Advocacia Geral da União] e nós estamos aguardando a resposta. Sobre a falta de liquidez, discordo totalmente disso, já conversei com José Roberto [Afonso]. A conta [dos R\$ 100 bilhões] foi feita com o BNDES e o Ministério da Fazenda sentados à mesa. Então com nossas projeções de desembolsos, calculando tudo que nós temos, isso deixa o BNDES em uma posição absolutamente confortável para emprestar.

.

.